

Capítulo 3

1979 - INFLAÇÃO E PACTO SOCIAL

A economia e a política em 1978

Durante o ano de 1978 ficou mais uma vez muito claro que a economia e a política estão profundamente entrelaçadas no Brasil. Em qualquer país capitalista isto é verdade, mas em um país como o Brasil, em que o Estado tem um papel decisivo no processo de acumulação capitalista e na divisão do excedente econômico entre as diversas classes, este íntimo relacionamento entre a economia e a política é ainda mais verdadeiro. A crise política foi o fato dominante durante o ano, e seu reflexo se fez sentir no plano econômico através das greves. Por outro lado, a transição estrutural por que provavelmente está passando a economia brasileira nestes últimos tempos terá de ser viabilizada, no plano político, através de um novo pacto de poder, mais aberto às reivindicações populares e a uma maior distribuição de renda.

No plano político, 1978 foi também um ano de transição, culminando com a revogação do Ato Institucional 5. A continuidade do mesmo esquema de poder através da escolha de novo presidente e de novos governadores nos quadros de um regime ainda autoritário constituiu-se na grande frustração do ano. As eleições de 15 de novembro, com a vitória do MDB, confirmaram a ilegitimidade do sistema de poder vigente.

E no plano econômico, como foi 1978? Para responder a esta pergunta geral, os economistas, que normalmente represen-

tam os interesses das classes dominantes, limitam-se a fazer mais duas questões. Querem saber: 1) se o Brasil como um todo ficou mais rico ou mais pobre durante o ano; e 2) se a situação financeira do País, medida em termos de inflação e endividamento, melhorou ou piorou. Se forem economistas estruturalistas, poderão fazer ainda uma terceira pergunta: 3) ocorreu durante o ano algum fato novo que implique modificações na estrutura econômica, social e política do País? Estas três questões são importantes, mas é preciso não esquecer uma quarta, que afinal é a mais importante de todas: 4) a situação econômica dos trabalhadores melhorou ou piorou neste ano de 1978?

O Produto Interno Bruto deve ter crescido aproximadamente 6,3% em 1978. Como a população cresce quase 3% por ano, isto significa que a produção média dos brasileiros, a chamada renda per capita ou taxa geral de produtividade, deve ter crescido um pouco mais do que 2%. O Brasil ficou, portanto, um pouco mais rico, ficando assim respondida a primeira pergunta. Os resultados poderiam ter sido melhores. Com os recursos de que o País dispõe, a produção poderia crescer cerca de 8% e a produtividade, 5%. De qualquer forma, dadas as dificuldades financeiras que o País atravessa, 3% de aumento da produtividade é muito razoável.

Embora os dados disponíveis, especialmente o volume de projetos aprovados pelo CDI, indiquem uma retração dos investimentos, a indústria ainda cresceu 8,6%. Este crescimento é provavelmente fruto dos investimentos passados, de forma que não justificam otimismo.

É óbvio que a economia brasileira se encontra em uma fase de transição que poderá resultar em uma grave crise econômica se um novo pacote de inovações e investimentos não for empreendido, iniciando-se uma nova onda de acumulação. Mas é preciso também reconhecer que os resultados de 1978 confirmam a enorme vitalidade da economia brasileira. Como esse era um ano eleitoral, o governo não tomou medidas monetárias restritivas de caráter drástico. Ainda que a produção agrícola, devido a problemas naturais, permanecesse estagnada durante o ano, graças ao desenvolvimento industrial a produção total por habitante ainda cresceu mais de 3%.

Mas isso não quer dizer que a situação econômica dos trabalhadores melhorou 3%. Isto depende da forma pela qual a renda adicional produzida foi distribuída. Se apenas aumentaram os lucros dos capitalistas e os ordenados dos técnicos e gerentes,

deixando os salários estagnados em termos de poder aquisitivo, a situação dos trabalhadores não melhorou.

Era isso que vinha ocorrendo nos últimos anos no Brasil, mas em 1978 houve uma mudança. Ocorreu um fato econômico e político fundamental. Os trabalhadores mais bem organizados conseguiram, graças às greves que foram capazes de realizar, um aumento real (descontada a inflação) de 10 a 15%. Isto significa que, apesar da inflação crescente, a situação econômica desses trabalhadores mais bem organizados melhorou. Já para os trabalhadores não organizados, que não fizeram greves e receberam apenas o reajuste autorizado pelo governo, de 42 ou 43%, a situação ficou a mesma. Ainda que o Brasil tenha ficado mais rico, eles continuam tão pobres quanto antes.

A resposta à quarta pergunta, portanto, é a seguinte: melhorou a situação econômica de apenas uma parte dos trabalhadores – daqueles que souberam se organizar e reivindicar.

O Brasil ficou, portanto, um pouco mais rico e alguns trabalhadores um pouco melhor. Os resultados econômicos foram razoáveis. Mas do ponto de vista financeiro, assunto da segunda pergunta, a situação agravou-se: a) a taxa de inflação superou 40%; b) a dívida do Brasil aos outros países (dívida externa) chegou a 40 bilhões de dólares; c) a dívida do governo para com os capitalistas (dívida interna) cresceu muito; d) a taxa de juros está muito elevada.

Esses quatro fatos ocorridos em 1978 definem a crise financeira do Brasil. Inflação crescente significa aumento do custo de vida, mas significa também desorganização monetária, desequilíbrio financeiro decorrente do fato de que os mais ricos e os mais poderosos querem tomar para si uma parte maior da renda, aumentando seus preços mais e mais depressa do que os mais fracos. O aumento da dívida externa é uma obrigação, é um encargo que vai onerar nosso desenvolvimento futuro. O aumento da dívida interna é claro sinal de que o governo não está sabendo mais nem controlar seus gastos nem aumentar suas receitas. Finalmente, o aumento da taxa de juros, já tão alta no Brasil, significa prejuízo dos capitalistas que produzem e dos consumidores que compram a crédito em benefício dos capitalistas inativos, dos rentistas que ganham sem produzir. O aumento das taxas de juros é consequência menos da política de restrição de crédito, reiniciada pelas autoridades monetárias logo após as eleições, e mais da onda de especulação que novamente vem dominando o mercado financeiro do País.

Finalmente, é preciso dar resposta à terceira pergunta. Há algumas indicações de que 1978 poderá ser o marco de uma nova modificação estrutural na economia brasileira. Como o desenvolvimento baseado na indústria de bens de consumo de luxo e especialmente em automóveis esgotou-se aproximadamente em 1974, o desenvolvimento baseado no crescimento da indústria de máquinas (os chamados "bens de capital") parece que também se está esgotando. E em 1978 o governo começou, afinal, a falar que agora a nova estratégia de industrialização deverá ser baseada na produção de bens de consumo dos trabalhadores (os chamados "bens de salários" ou "bens de consumo de massa"). Os ricos já consomem demais. Mas só a procura, a compra de bens, pelos ricos não é mais suficiente. A indústria, para continuar a crescer, precisa contar também com a procura, com o consumo dos trabalhadores.

A solução do problema, entretanto, não está em dar incentivos, fornecer capital a juros subsidiados para as indústrias que produzem bens de salários, como foi feito anteriormente para a indústria automobilística e para a indústria de máquinas. Aquelas indústrias em geral não necessitam desse tipo de incentivo, ainda que certamente os acolhessem de bom grado. Essas empresas devem, inclusive, ter capacidade ociosa, máquinas paradas, fábricas mal-utilizadas. O que é preciso é: 1) aumentar os salários, de forma que os trabalhadores possam transformar suas necessidades em procura efetiva, em consumo; e 2) aumentar os investimentos do governo em serviços de utilidade pública (metrô, água e esgoto) e na construção de escolas e habitações para os trabalhadores. Com isto, aumentará a procura de trabalhadores, diminuirá o desemprego e os salários aumentarão um pouco mais.

É óbvio que esse tipo de mudança no plano econômico, de forma a viabilizar um novo padrão de acumulação, só será viável na medida em que o pacto político que hoje controla o Estado brasileiro sofra profundas alterações. A aliança de classes estabelecida em 1964 era profundamente restritiva. Esta aliança foi funcional em um dado momento histórico, para viabilizar uma acumulação capitalista selvagem, um forte processo de internacionalização da economia e um enorme crescimento dos ordenados e do poder dos tecnoburocratas. Mas neste último ano ficou muito claro que, além de insustentável no plano político, este pacto restritivo não tem mais funcionalidade no plano econômico. Sua ampliação é essencial para a continuidade do próprio processo de acumulação no País.

Não é fácil, portanto, avaliar 1978. Foi um ano de transição no plano econômico e no plano político. As greves e a nova preocupação com a produção de bens de consumo dos trabalhadores, dado o esgotamento das possibilidades de crescimento industrial apenas na base de bens de consumo de luxo e máquinas, foram os fatos novos. Por outro lado, 1978, como o anterior, foi um ano de crise política, que terminou com a derrota do governo nas eleições de 15 de novembro. Este é um fato político que teve causas em parte econômicas e não há dúvidas de que terá conseqüências econômicas. As greves também foram um fato político com causas e conseqüências econômicas. A lição de 1978, portanto, é clara: a política e a economia estão cada vez mais misturadas. A participação política dos trabalhadores é cada vez mais importante, inclusive no plano econômico. (21/01)

Proposta de política econômica

A curto prazo os dois problemas econômicos mais graves que o novo governo enfrenta são a inflação e a especulação financeira. A médio prazo, o desafio fundamental está em alcançar uma melhor distribuição de renda, embora também mereça menção o desequilíbrio do balanço de pagamentos. Não considero a obtenção de taxas elevadas de crescimento do produto nacional um problema básico na medida em que a economia brasileira já alcançou um estágio tal que, ao nível da produção, ou seja, da acumulação de capital e da incorporação de progresso técnico, o desenvolvimento já é razoavelmente auto-sustentado. Só deixa de sê-lo se emergem dificuldades na área da circulação (inflação, desequilíbrio financeiro interno, desequilíbrio financeiro externo) e da distribuição de renda.

Para o combate à inflação temos duas alternativas: ou se concede ênfase à restrição na quantidade de moeda e na redução da despesa pública, ou se aumentam fortemente os controles administrativos de preços e se elevam os impostos. Sou francamente a favor da segunda alternativa, embora admita que a primeira deva também ser praticada moderadamente. A inflação brasileira dos últimos anos explica-se muito mais pelo poder de monopólio das empresas do que por pressões de demanda que justifiquem um desaquecimento da economia.

É óbvio, entretanto, que as pressões inflacionárias hoje também decorrem de um crescente desequilíbrio do orçamento federal. As recentes declarações do professor Gouvêa de Bu-

lhões deixaram este fato definitivamente claro. Torna-se, portanto, necessário aumentar com urgência a receita tributária do Estado, alternativa muito mais adequada do que reduzir as suas despesas de investimento, essenciais para o desenvolvimento econômico. A nova reforma tributária, além de contribuir para reequilibrar o orçamento público, deve ser uma oportunidade para uma melhor distribuição de renda. Nesse sentido, é urgente aumentar o Imposto de Renda das pessoas físicas e também das empresas. É necessário eliminar uma série de incentivos cada vez mais injustificáveis e criar impostos sobre heranças, doações e ganhos de capital. E devem iniciar-se estudos para a tributação sobre riqueza aparente.

A distribuição de renda deverá ser ainda levada adiante, do lado da demanda, através de uma política de aumentos reais de salários, gradual mas firme, e de aumento dos benefícios sociais. As despesas de consumo social, entretanto, deverão deixar de onerar as folhas de pagamento, passando a ser financiadas com recursos tributários gerais. Do lado da oferta será necessário estimular a produção agrícola e a produção de bens de salário.

O financiamento das despesas de consumo social com recursos tributários gerais é essencial para se garantir uma maior criação de empregos, absorvendo produtivamente os excedentes de mão-de-obra existentes. Este objetivo, essencial para uma melhor distribuição de renda, deve ser complementado por uma política de investimentos estatais deliberadamente voltada para a criação de mais empregos. Nesse sentido, será necessário orientar os investimentos estatais para a área dos serviços urbanos de utilidade pública e a construção de habitações populares.

O financiamento desse programa coloca o problema da reordenação do sistema financeiro nacional. De um lado é necessário reduzir a especulação, de outro é preciso criar mecanismos adicionais para financiamento a longo prazo a custos baixos. Nesse sentido, a alternativa de se estimular a poupança privada voluntária parece ter poucas possibilidades. Para isto seria necessário elevar ainda mais as taxas de juros reais, favorecendo fortemente os rentistas em prejuízo dos capitalistas ativos. Ora, além de a poupança privada ter baixa elasticidade em relação à taxa de juros, qualquer política de redistribuição de renda deve prever taxas de juros reais muito baixas (se possível negativas) para os rentistas, aliás, como já acontece no plano internacional, em que as taxas de juros para os aplicadores são menores do que a taxa de inflação, e para os depositantes em cadernetas de

poupança. Sendo este o objetivo, não resta outra alternativa para o financiamento a longo prazo da acumulação pública e privada senão criar novos investimentos de poupança forçada canalizados através dos bancos estatais. Para os financiamentos de capital de giro a volta do tabelamento das taxas de juros é uma medida que se impõe. Por outro lado, é urgente tomar medidas junto ao "open market", a fim de reduzir o volume das operações e o grau de especulação nesse mercado.

As medidas aqui propostas têm obviamente dificuldades políticas na medida em que não pretendem reconciliar o irreconciliável. Os rentistas, a burguesia mercantil especulativa, as camadas médias tecnoburocráticas e as grandes empresas monopolistas nacionais e multinacionais, pela ordem, são prejudicadas em termos absolutos ou relativos. Os beneficiados serão os trabalhadores e alguns setores da burguesia agrícola e industrial. Dados seus compromissos políticos, não creio que o governo que está hoje assumindo o poder tenha condições de realizar a política econômica aqui muito sumariamente proposta. (*Jornal da Tarde*, 16/03)

Inflação e pacto social

Para o governo o problema mais importante a ser resolvido é combater a inflação. Já para os trabalhadores está muito claro que a prioridade fundamental está na elevação dos salários e, portanto, em uma melhor distribuição de renda. Estes dois objetivos não são necessariamente conflitantes. Mas enquanto o governo concentra sua atenção sobre a inflação e adota a política capitalista ortodoxa de conter os salários em nome do combate à inflação, é claro que o problema social e político se agrava. Na verdade, conflitantes são os objetivos de maiores salários dos trabalhadores com os objetivos da burguesia de conservar suas altas taxas de lucro e da alta tecnoburocracia de manter seus altos ordenados.

Em face desses objetivos conflitantes e da crescente capacidade de reivindicação dos trabalhadores, ficam imediatamente claros dois fatos: primeiro, que a sociedade brasileira se encontra em impasse, que se evidencia no número crescente de greves; segundo, que o governo não está podendo ou não está querendo enfrentar diretamente esse impasse ao centralizar suas atenções sobre a inflação, e não sobre a distribuição de renda. Em consequência, deixa-se de reconhecer que o problema da sociedade brasileira em 1979, quando um novo governo se instaura, não é

o combate à inflação mas o estabelecimento de um pacto social (fenômeno distinto de uma aliança política) que inclua os trabalhadores, excluídos de qualquer participação ou influência no poder do Estado desde 1964.

Isso não significa que a inflação não seja um problema importante. Obviamente é, especialmente na medida em que sua tendência é crescente e já alcançou o índice de 46% nos últimos doze meses. Ainda que a sociedade brasileira já esteja habituada à inflação, ainda que a correção monetária neutralize uma parte dos malefícios ou distorções da inflação, é claro que se a inflação continuar a crescer o sistema econômico-social brasileiro ficará ameaçado de desorganização. É compreensível, portanto, que o governo se preocupe com a inflação e que tome medidas para combatê-la. Mas não há necessidade de alarmismo em relação à inflação. Por outro lado, a tese que estamos apresentando é a de que os esforços do governo para combater a inflação serão inúteis, se não desastrosos, caso não coloque como prioridade fundamental, a curto prazo, uma melhor distribuição de renda no País. Ou em termos um pouco mais amplos: o que estamos pretendendo afirmar é que o governo não terá condições de resolver nem o problema da inflação nem o do impasse social em que se encontra o País, a partir do momento em que os movimentos grevistas dos trabalhadores começaram a se multiplicar, se não for capaz de estabelecer as bases de um novo pacto social no País.

Alguns representantes da burguesia e da tecnoburocracia, com tendências que poderíamos chamar eufemisticamente de autoritárias, pretendem que a presente onda de greves decorre da liberalização política que ocorreu no Brasil nos últimos anos e culminou com a extinção do Ato Institucional 5 e da infiltração no movimento operário da esquerda radical, agora não mais representada pelo PC mas principalmente pela Convergência Socialista. Ora, esta interpretação não revela apenas a mentalidade de uma minoria de extrema direita, não é apenas tola e simplista, é também essencialmente equivocada.

O surgimento e o recrudescimento dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores, da mesma forma que a liberalização política parcial ocorrida no Brasil, decorrem ambos de um mesmo fenômeno: o colapso da aliança política estabelecida em 1964 entre a burguesia, a tecnoburocracia e o capital internacional. Quando, findo o "milagre" de 1967-73, a burguesia, especialmente a média burguesia, mas também amplos setores da

alta burguesia, percebeu que estava sendo tutelada por uma tecnoburocracia civil e militar cada vez mais autônoma e arbitrária em suas decisões, aquela aliança começou a desmoronar, entrou em colapso. A sociedade civil reivindicou maior liberdade política, que afinal conseguiu em parte.

É claro que, ao demandar maior liberdade política, ao exigir o retorno à democracia, a burguesia sabia muito bem que os movimentos sociais reivindicatórios recrudesceriam imediatamente. Se a burguesia foi tutelada pela ditadura, os trabalhadores foram por ela esmagados. A ditadura era sempre orientada em benefício da alta burguesia e da alta tecnoburocracia e sempre contra os trabalhadores. Este fato foi verificado, documentado e denunciado não apenas pela esquerda radical, não apenas pela esquerda moderada ou reformista, mas também pelos próprios representantes da burguesia liberal ou de centro. Os trabalhadores, que sentiram na própria carne a discriminação que sofreram, receberam essas informações, organizaram-se ou vêm-se organizando e começaram a reivindicar. E é óbvio que o papel das minorias radicais nesse processo é marginal. Pensar de outra forma é subestimar os trabalhadores e superestimar a força da esquerda para tentar justificar nova onda de repressão.

Como os trabalhadores verificaram que foram prejudicados a partir de 1964, a burguesia também se inteirou do fato. Por isso ela não está surpresa com as greves. Ela inclusive foi alertada pela direita autoritária em 1977 e 1978. Mas acertadamente seus líderes mais representativos não se mostraram excessivamente preocupados com o problema, na medida em que percebiam que os problemas que na certa surgiriam poderiam ser resolvidos através da formulação de uma nova aliança política ou pelo menos de um novo pacto social em que os trabalhadores teriam um lugar.

Estavam e estão claras para todos duas coisas: primeiro, que o regime ditatorial era insustentável; se não fosse modificado ao nível da classe dominante, acabaria entrando em crise de forma muito mais incontrollável. Segundo, que a concentração de renda havia alcançado níveis insuportáveis, exigindo medidas imediatas para reduzir os desníveis econômicos decorrentes. Quando os 50% mais pobres da população recebem 13,4% da renda monetária, enquanto os 5% mais ricos recebem 37,9% dessa mesma renda, conforme revelam dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE de 1976, ou quando os 49,2% mais pobres entre os funcionários públicos estaduais

de São Paulo recebem 21% do total pago aos servidores, enquanto os 4,5% mais ricos recebem 22,5% do total, conforme pesquisa realizada por Eduardo Matarazzo Suplicy, baseado em dados da Prodesp, Companhia de Dados de São Paulo (*Folha de S. Paulo*, 3 de maio de 1978), é claro que medidas objetivas devem ser tomadas.

Para a formulação de um novo pacto social, entretanto, são necessários dois ingredientes fundamentais: em primeiro lugar, é preciso saber quem será obrigado a transferir uma parte de sua renda para os trabalhadores; em segundo, é preciso que um governo considerado legítimo para os participantes do pacto lidere o processo. Ora, nem uma nem outra dessas duas condições foram até agora adequadamente equacionadas pela burguesia.

Qualquer pacto social hoje no Brasil deverá incluir os trabalhadores organizados. E implicará aumento da taxa de salários, em um primeiro momento acima da taxa de aumento da produtividade do último ano. É o que os trabalhadores e pequenos funcionários estão hoje exigindo. É claro que esse aumento é ainda muito menor do que o aumento de produtividade nos últimos anos, mas basta que o aumento seja superior à taxa de produtividade do último ano para que, de duas uma: ou se transfere renda de algum setor da economia para os assalariados ou aumenta a taxa de inflação.

Há três fontes mais evidentes de onde se pode transferir renda para os assalariados: a burguesia empresarial (capitalistas ativos) e o capital monopolista em particular reduzindo um pouco suas taxas de lucro; a alta tecnoburocracia, reduzindo-se seus ordenados; a burguesia rentista (capitalistas inativos), reduzindo-se seus gastos e aluguéis. Entre esses três grupos é claro que o último deverá ser especialmente visado. A especulação financeira e os altos juros, a especulação imobiliária e os altos aluguéis são obviamente os setores da economia que permitem maiores restrições. Os altos ordenados também deverão ser atingidos com vigor. Já em relação à taxa de lucro dos capitalistas ativos é preciso agir com mais cautela, caso contrário poderá haver uma forte queda nos investimentos privados e crise econômica. Não há dúvidas, porém, de que as taxas de lucro das empresas continuam excessivamente elevadas, podendo ser reduzidas sem que isto desestimule a acumulação de capital. Esta será um pouco afetada, já que os fundos próprios disponíveis reduzir-se-ão. Mas não será uma redução da taxa de lucro mé-

dia das grandes empresas brasileiras, a qual deve estar próxima de 20% sobre o patrimônio líquido, para cerca de dois terços deste nível que desestimulará os capitalistas a continuar a acumular. Poderão, isto sim, reduzir um pouco seus extraordinários níveis de consumo.

A partir do pressuposto de que para se combater a inflação é essencial que alguém seja prejudicado, não elevando seus preços na mesma medida em que outros já elevaram, e a partir de um segundo pressuposto segundo o qual desta vez não podem ser os trabalhadores que deverão pagar “a conta do combate à inflação”, é claro que as medidas redistributivistas acima enumeradas poderão ao mesmo tempo contribuir para resolver o impasse social e reduzir a taxa inflacionária.

Mas, para que esse processo de transferência de renda possa ocorrer de forma a redistribuir melhor a renda e, ao mesmo tempo, controlar a inflação seria necessário que o governo assumisse o comando desse processo. Ainda que estejamos diante de um Estado capitalista, fundamentalmente a serviço da burguesia e em segundo lugar da própria tecnoburocracia, esta hipótese não é teoricamente impossível. Os Estados capitalistas modernos já não são meros instrumentos das classes dominantes. Suas políticas são antes o resultado das lutas de classe em que os trabalhadores organizados assumem um peso crescente.

Entretanto, dada a ilegitimidade do atual governo, que não tem suficiente apoio nas próprias classes dominantes, ainda que procure servi-las muitas vezes da forma a mais subserviente, é claro que uma deliberada, ainda que cautelosa, política redistributivista torna-se problemática. O ridículo reajustamento do salário mínimo, que não cobre sequer o aumento da produtividade do último ano, demonstra esse fato. Por outro lado, esta política deveria ser acompanhada de um rígido controle de preços e margens dos setores oligopolistas da economia.

Sem dúvida, o aumento real de salários acima da taxa média de produtividade deste último ano não poderia ser exagerado. Caso contrário, o governo não teria condições de impedir o repasse do aumento dos custos para os preços, e a taxa de inflação aumentará em vez de estabilizar-se e em seguida começar a diminuir. Além do controle administrativo dos preços, medidas complementares de caráter monetário, de redução de despesas e de aumento seletivo de impostos deveriam ser adotadas.

Para a burguesia é essencial que um novo pacto social seja estabelecido do qual os trabalhadores façam parte. Entre 1964 e 1974 este pacto não foi necessário na medida em que a burguesia e a tecnoburocracia estavam solidamente unidas seja pelo medo da subversão seja pelas oportunidades de grandes ganhos, e puderam reprimir qualquer reivindicação dos trabalhadores. Mas esse período pertence ao passado. Agora os trabalhadores têm necessariamente de ser levados em consideração. Para a burguesia, mais do que um pacto social, o interessante seria uma aliança política com os trabalhadores, nos moldes, por exemplo, daquela alcançada no período populista. Mas não creio que uma aliança política desse tipo seja possível. Os prejuízos para os trabalhadores seriam maiores que os benefícios, e deste fato a classe trabalhadora parece bem alertada. Mas um pacto social mais geral é essencial. Nos países capitalistas centrais as alianças entre trabalhadores e parte da burguesia ocorrem através dos governos social-democratas. Mas quando os partidos de esquerda moderada não estão no poder, o pacto social continua a existir e a manter a estabilidade econômica e política do regime.

No Brasil, esse pacto foi rompido em 1964, em um momento de crise, e substituído pela pura e simples repressão. Agora é preciso restabelecê-lo de forma a resolver-se o impasse social presente. Mas, se o governo insistir em colocar como problema prioritário o combate à inflação e não a redistribuição de renda, dificilmente ele terá êxito em seu objetivo menor de combater a inflação, já que não haverá quem assuma o ônus da contenção da alta de preços, e estará falhando em seu objetivo maior de estabilizar o regime. Imaginar que todos façam sacrifícios por igual, como freqüentemente ouvimos da parte dos representantes do governo, é não ser realista e não querer encarar de frente os problemas reais que o País hoje enfrenta. (15/05)

Salários, lucros e inflação

As altas taxas de inflação atuais, que ameaçam desorganizar a economia brasileira, derivam da incapacidade do governo de funcionar como árbitro no processo de distribuição de renda. Ou, em outras palavras, são fruto da crise de legitimidade do governo, que o impede de exercer o poder, definindo as modificações necessárias na participação relativa dos salários e dos lucros na renda nacional.

A inflação em setembro de 1979 apresentou uma taxa de crescimento de praticamente 8%. Esta é provavelmente a taxa

mensal de crescimento dos preços mais elevada da história deste país. E já parece certo que 1979 terminará com um índice de inflação em torno de 60%. Este índice só foi superado, anteriormente, em 1964, quando a inflação alcançou 91%.

Esses fatos deixam claro que o governo está perdendo o controle da economia nacional. Não há dúvida de que a inflação em um país como o Brasil tem causas estruturais, de forma que provavelmente teremos de conviver com taxas anuais de crescimento dos preços de cerca de 20% ao ano. Taxas dessa grandeza são normais para uma economia dinâmica, em que o processo de acumulação de capital ocorre nos quadros de um mercado cheio de imperfeições e inflexibilidades. Mas quando a taxa de inflação alcança os níveis atuais, não só o fenômeno deixa de ser normal, torna-se patológico, mas também as causas estruturais deixam de ser suficientes para explicar o fenômeno.

O ministro Delfim Netto, ao ser anunciada a taxa de inflação de setembro, atribuiu o fenômeno à política salarial, que estaria permitindo elevação dos salários a taxas de 75% ao ano, muito superiores à taxa de inflação, e ao déficit de caixa das empresas estatais que são financiadas por empréstimos internacionais (jornais de 4 de outubro de 1975). O ministro do Planejamento não deixa de ter alguma razão. Sua análise, entretanto, tem o defeito de explicar o fenômeno sem descer às suas causas básicas. Ao diagnosticar a causa da aceleração da taxa inflacionária como sendo a elevação da taxa de salários, ele está identificando o fenômeno novo ocorrido na economia nacional, que foi o crescimento do poder de barganha dos trabalhadores organizados. Taxas de inflação de 30 ou 40%, ocorridas até 1977, não podiam ser explicadas em termos de elevação de salários, já que a taxa média de salários no Brasil, desde o fim dos anos 50, cresceu consistentemente menos do que a taxa de aumento da produtividade. Pelo contrário, em certos períodos, especialmente entre 1964 e 1967, foi uma violenta redução nos salários reais que se constituiu no instrumento fundamental de política econômica antiinflacionária. Entretanto, a partir de 1975 e principalmente de 1978, a situação modificou-se. Os trabalhadores organizados conseguiram elevações salariais acima da elevação do custo de vida mais a última taxa anual de crescimento da produtividade. Este fato seria, portanto, um dos fatos novos a explicar o aumento da inflação, seu salto de 40 para 60%, que vem ocorrendo recentemente.

Na verdade, essa explicação apreende apenas uma parte da realidade. Não há dúvida de que a elevação dos salários reais

além da taxa de aumento da produtividade tem efeitos inflacionários, mas esses efeitos serão neutralizados se concomitantemente baixam as taxas de lucro. Em última análise, a renda nacional é constituída de salários e lucros. Quando os salários, em um ano, aumentam mais do que a produtividade, os lucros diminuem. Para impedir que isto aconteça, para defender sua taxa de lucro, as empresas aumentam seus preços correspondentemente, acelerando-se o processo inflacionário. Entretanto, se a taxa de lucro média da economia for suficientemente alta para que possa baixar sem prejuízos para a taxa de acumulação de capital, absorvendo os aumentos de salários, estes não serão inflacionários, ou pelo menos terão um efeito inflacionário muito menor.

Ora, no Brasil existe ampla margem para baixarem as taxas de lucro. Por outro lado, é preciso considerar que, depois de quase 15 anos de regime ditatorial, o autoritarismo político do regime foi significativamente abrandado pela extinção do Ato Institucional 5. Esse período foi também marcado por uma sistemática política de compressão salarial. Em alguns breves momentos, inclusive em 1967, logo após o atual ministro do Planejamento haver assumido o Ministério da Fazenda, houve uma pequena descompressão, ou pelo menos uma descompressão relativa. Mas a tônica de todo o período foi autoritarismo político e compressão salarial. O objetivo declarado era combater a inflação, o motivo real era aumentar a taxa de acumulação do sistema.

Com a abertura política, era absolutamente natural e previsível que os trabalhadores procurassem recuperar um pouco do que perderam. As reivindicações salariais inscrevem-se dentro dessa racional elementar. Se os trabalhadores perderam, os capitalistas e a alta tecnoburocracia ganharam, os primeiros em termos de lucros, os segundos, na forma de ordenados elevados. No entendimento simples e objetivo dos trabalhadores, seria razoável agora que, por algum tempo, o processo se invertesse, e os lucros e ordenados perdessem um pouco para os salários. Só assim seria possível redistribuir um pouco melhor a renda neste país. E hoje há uma tomada de consciência nacional de que é preciso caminhar nessa direção, na medida em que o Brasil é um dos países de renda mais concentrada do mundo.

A causa da aceleração da taxa de inflação, portanto, está muito mais na resistência das empresas de reduzir seus lucros, dos capitalistas inativos ou rentistas de reduzir seus juros e dos

altos tecnoburocratas de reduzir seus ordenados (juros e ordenados constituem-se em deduções da taxa de lucro) do que na elevação dos salários reais. Isto é especialmente verdadeiro se lembrarmos que o processo de concentração de renda implicou aumento das taxas de lucro, juros e ordenados. O Brasil está entre os países em que estas taxas são mais altas. Existe, portanto, possibilidade de reduzir essas taxas sem que o investimento seja desestimulado, reduzindo-se apenas o consumo de luxo das classes dominantes burguesas e tecnoburocráticas.

Mas, para alcançar esse objetivo, é preciso uma liderança política efetiva. Imaginar que o mercado possa realizar essa tarefa é tolice em um país como o Brasil. E é nesse momento que se torna claro que a causa última da aceleração da taxa de inflação no Brasil deriva da incapacidade política do governo. Esta incapacidade, por sua vez, está diretamente relacionada com sua falta de legitimidade política, dado o reduzido apoio que desfruta entre os trabalhadores, a média tecnoburocracia e a própria burguesia.

Essa falta de capacidade política do governo impede-o de arbitrar a distribuição de renda. O enorme déficit de caixa do próprio governo, causado pelo extenso sistema de subsídios às empresas, é uma prova disso. Os déficits das empresas estatais são outros. Nem mesmo seu próprio déficit e o das estatais o governo consegue resolver. O que dizer, então, da tarefa de obrigar as empresas a se contentar com taxas de lucro um pouco menores? Isto só pode ser realizado através de medidas de contração de crédito, somadas a medidas de aumento da carga tributária e de controle administrativo de preços, que exigem muita determinação e coragem política para serem tomadas.

Na medida em que a inflação brasileira tem um forte componente de preços administrados, a estratégia de estimular a produção ao mesmo tempo que são tomadas medidas restritas está correta. Mas é preciso que não nos enganemos. As medidas restritas são imprescindíveis. As taxas de lucro precisam baixar dada a necessidade de aumentar os salários reais. Esta é a condição não apenas da estabilidade econômica, mas também da estabilidade política do País.

Como o processo de redistribuição de renda, o processo de abertura democrática é um imperativo da sociedade brasileira atual. A elevação da taxa de inflação a ponto de o governo perder o controle sobre ela é uma ameaça que pesa sobre toda a sociedade brasileira. Por outro lado, qualquer paralisação nesses

dois processos só contribuirá para agravar em vez de resolver a crise. Os desafios que a sociedade brasileira hoje enfrenta são portanto grandes. Mas não há dúvida de que são superáveis desde que as empresas, os rentistas e os tecnoburocratas aceitem uma redução razoável em suas taxas de lucro, de juros e de ordenados. (16/09)

Sentido e riscos da maxidesvalorização

A desvalorização cambial de 30% e o correspondente pacote de medidas complementares de 7 de dezembro possuem uma série de objetivos óbvios, que foram expressos pelos próprios representantes do governo e repetidos pelos analistas: estimular as exportações, reduzir os artificialismos representados pelos subsídios, restabelecer o equilíbrio orçamentário federal e combater a inflação. Suas causas mais diretas são também conhecidas: o caráter valorizado do cruzeiro que ficou mais evidente depois da crise do petróleo, a extraordinária elevação das taxas de inflação, o desequilíbrio do balanço de pagamentos e os altos níveis de endividamento externo.

Entretanto é importante salientar alguns aspectos mais profundos ou estruturais relacionados com a nova política cambial e de combate à inflação.

Em primeiro lugar, essa é uma tentativa de restituir racionalidade ou coerência, perdida nos últimos cinco anos de crise, a toda a política econômica do governo. O discurso do presidente da República, no qual ele procura de forma sistemática abranger e integrar toda a área política e econômica de seu governo, deixa bem claro esse intuito. Mais do que isto, esse discurso é um exemplo de como governos conservadores em formações sociais caracterizadas pelo capitalismo tecnoburocrático buscam imprimir ordenação lógica ao processo de acumulação capitalista. Todo um conjunto de medidas vão sendo tomadas, de forma a, por um lado, transformar o planejamento econômico em um processo mais dinâmico e, por outro, dar à política econômica um caráter muito mais global do que as clássicas políticas monetárias, cambiais e fiscais. Temos assim menos do que um planejamento e mais do que uma política econômica: temos uma estratégia econômica.

O caráter tecnoburocrático dessa estratégia define-se pela sua pretensão à racionalidade total; seu caráter capitalista conservador evidencia-se não pelos objetivos explícitos – combater a inflação e restabelecer o equilíbrio do balanço de pagamentos

- e sim pela clara prioridade à acumulação sobre a distribuição. Em todo o discurso do presidente a ênfase está sempre na estabilidade e no desenvolvimento, ou seja, na acumulação capitalista, além de sempre se procurar afirmar a plena coerência e necessidade lógica das medidas tomadas.

Ainda dentro desse quadro, cabe observar que o pretendido restabelecimento das "leis do mercado" ou da "verdade cambial" envolve uma curiosa contradição. O objetivo declarado é aumentar o controle da economia pelos mecanismos automáticos do mercado, mas para isto se monta uma grande estratégia de intervenção tecnoburocrática na economia. Esta contradição, entretanto, é insuperável. Ela apenas sublinha o fato de que a formação social brasileira é tipicamente caracterizada pelo capitalismo de Estado ou capitalismo tecnoburocrático. O Estado coloca-se a serviço da acumulação capitalista, mas em contrapartida assume o controle efetivo da economia.

Um segundo elemento estrutural implícito na nova política cambial merece ser salientado. Esta maxidesvalorização, caso bem-sucedida, poderá constituir-se no marco de uma mudança histórica na política cambial brasileira. O Brasil sempre tendeu a praticar uma taxa de câmbio em que o cruzeiro fosse valorizado em relação ao dólar ou à libra. Esta política explicava-se por duas razões. Em primeiro lugar, apesar de um cruzeiro valorizado, as exportações continuavam lucrativas para os produtores de produtos primários. No caso do café, era e é ainda necessário impor uma quota de contribuição além do cruzeiro valorizado. Em segundo lugar, mantendo-se baixa a taxa de câmbio impediam-se as pressões baixistas nos preços em dólares de nossos produtos de exportação.

Nos últimos dez anos, entretanto, assistimos a modificações estruturais em nossa pauta de exportações. Cerca de 50% de nossas exportações são hoje constituídas de produtos manufaturados e semimanufaturados. A variedade de produtos exportados cresceu extraordinariamente.

A solução encontrada para esse fenômeno foi a criação dos subsídios à exportação. Mas é claro que hoje uma política de cruzeiro desvalorizado é muito mais coerente, dadas as novas realidades da nossa pauta de exportações. Esta política se completa pela criação do imposto de exportação sobre produtos primários. No passado, seria politicamente suicida pretender compensar um cruzeiro realisticamente cotado com impostos de exportações. Era mais fácil manter o imposto de forma disfarçada,

através do cruzeiro valorizado. Hoje a relação de forças políticas modificou-se, o setor agroexportador perdeu peso político, e é possível mudar a política cambial.

Embora coerentes com a lógica do capitalismo tecnoburocrático e ajustadas às modificações estruturais por que vem passando a economia brasileira, não há nenhuma garantia quanto ao êxito das novas medidas de política econômica. Tentar impor racionalidade a um mercado capitalista caótico em crise, seja no plano nacional, seja no plano internacional, não será fácil. Especialmente se o governo responsável por essa medida carece de um mínimo de legitimação política que lhe garanta efetivo poder para levar adiante a estratégia delineada.

O maior risco dessa nova política está em ela não vir a ter continuidade devido às pressões inflacionárias que provocará imediatamente. A taxa de desvalorização de 30% foi mais elevada do que se esperava. A médio prazo, as suas conseqüências serão antiinflacionárias, especialmente na medida em que permitirão o reequilíbrio do orçamento federal. No curto prazo, porém, as empresas certamente repassarão os aumentos de custo para os preços. Isto acelerará a inflação. Dado o caráter fortemente oligopolista da economia brasileira, estes repasses provavelmente terão uma dimensão e um grau de permanência no tempo maiores do que um economista neoclássico, acostumado a pressupor concorrência perfeita, poderia prever. Em conseqüência, a espiral inflacionária poderá acelerar-se, anulando os efeitos antiinflacionários de médio prazo.

Esse fenômeno poderá agravar-se se o governo, diante da imediata aceleração das taxas de inflação, sentir-se intimidado e passar a usar a política de minidesvalorização de forma irrealista, definindo taxas de desvalorização menores do que as necessárias. Isto poderá acontecer com o argumento contraditório de que minidesvalorizações muito elevadas seriam inflacionárias. Caso isto venha a ocorrer, os efeitos da maxidesvalorização serão aos poucos anulados, e ficaremos apenas com seus efeitos negativos, inflacionários, de curto prazo.

Os economistas da oposição, entre os quais me incluo, deverão ficar atentos a essas eventuais evoluções. E também aos possíveis efeitos concentradores de renda das medidas. Neste sentido, toda política econômica que privilegia a exportação em prejuízo do consumo interno das classes trabalhadoras é concentradora de renda.

É preciso admitir, entretanto, que o reequilíbrio do balanço de pagamentos do País é medida prioritária. É inclusive condição de independência nacional. Nestes termos, não podemos criticar as medidas tomadas. Não está assegurado que, com elas, lograremos encaminhar a solução do problema. Será preciso ver, por exemplo, qual é a elasticidade-preço das normas dos produtos manufaturados exportados. Mas é preciso admitir que elas se encontram no rumo certo.

Se essas medidas têm efeitos regressivos sobre a distribuição da renda, é preciso tomar outras medidas compensatórias em matéria de política salarial, política de despesas públicas, política tributária. Existe no Brasil uma política de acumulação de capital, não uma política de distribuição de renda. Embora seja a concentração de renda, e a decorrente pobreza absoluta de grande parte da população, o mais grave problema econômico deste país, o governo não está fazendo nada ou praticamente nada para resolvê-lo. A nova política salarial é uma mera distribuição de salários entre assalariados. Não há mudança na política tributária nem uma orientação das despesas públicas para o consumo social dos trabalhadores. O governo não esconde sua condição de representante exclusivo do capital. E o capital tem a sua própria lógica, ainda que tecnoburocraticamente regulamentada, como a política econômica iniciada com a maxidesvalorização deixou mais uma vez claro. (13/12)